

atlas de **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

N.º 16

O NÚCLEO GEOHISTÓRICO DE PORTUGAL

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — A Ocupação da Península Ibérica e o Norte de Portugal.
2 — O Condado Portucalense. 3 — Expansão e Imigração
Portuguêsa. 4 — Aspectos Geoeconômicos do Norte de Por-
tugal. 5 — O Homem e o Meio. 6 — Núcleos Populacionais
Setentrionais. 2

REMANESCENTES COLONIAIS NA AMÉRICA

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Geoeconomia da Região do Caribe. 2 — Suriname. 3 — A
Questão do Amapá. 4 — British Caribbean. 5 — A Repú-
blica da Guiana. 10

VIDA GEOECONÔMICA E SOCIAL DO URUGUAI

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Antecedentes Históricos. 2 — Economia Pastoril. 3 — Agri-
cultura e Comércio. 4 — Evolução Social. 5 — Evolução
Política. 15

O ESTADO DO VATICANO

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — O Núcleo Geohistórico da Igreja e sua Expansão. 2 —
A Supremacia da Igreja na Idade Média. 3 — A Deca-
dência do Poder Papal e a Divisão da Cristandade. 4 —
O Núcleo Geohistórico do Piemonte e o Recuo Territorial
da Igreja. 5 — A Igreja no Século XX: Vaticano. 20

O Núcleo Geohistórico de Portugal*

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBG

1 — A Ocupação da Península Ibérica e o Norte de Portugal

Os lusitanos e asturos, *povos de origem céltica*, eram populações serranas que, há três milênios, habitavam o tópo dos montes localizados ao norte de Portugal. Muitas palavras de origem céltica como chaminé, clã, caminho, passariam ao português através do latim.

Vivendo como quase trogloditas, os celtas do norte de Portugal contrastavam com outros povos que se estabeleciam no sul. Os fenícios, por exemplo, que devem ter chegado à península por volta do século XII a.C. são os supostos fundadores de Cadiz e Málaga. No sul também surgiam os cartagineses, fundadores de Portimão (Portus Hanibalis).

A abundância de metais preciosos (ouro e prata), entre o Douro e o Minho, iria atrair a cobiça dos cartagineses e romanos já em luta pela supremacia mediterrânea. Os cartagineses chegaram a conquistar a confiança dos lusitanos, que assim fizeram parte do exército de Aníbal, quando este invadiu a Itália para combater os romanos. Derrotado Aníbal por Cipião, o Africano, na batalha de Zama (202 a.C.), tiveram os cartagineses que abandonar a península Ibérica para seus rivais.

A romanização da península não foi fácil, graças ao *foco de resistência das populações estabelecidas no norte de Portugal*. Chefe dos lusitanos, Viriato, por várias vezes, derrotou os disciplinados e melhor equipados exércitos romanos. Chegou Roma a enviar contra o montanhês os seus mais ex-

perimentados generais. Até a região do Minho chegaria Décio Júnio Bruto, cognominado por isto "o Galego". Assassinado Viriato por dois de seus oficiais comprados pelos romanos (140 a.C.), o norte pôde ser pacificado e a romanização estendeu-se por toda a península.

Durante quatro séculos estiveram os romanos na península Ibérica. O latim converteu-se na língua oficial; vulgarizou-se o culto dos deuses greco-romanos. O norte de Portugal também romanizou-se, como provam as ruínas de um templo pagão, aqueduto e anfiteatro em Braga. A península foi dividida sucessivamente por imperadores romanos em várias províncias. A Galécia incluía o norte de Portugal, já que era delimitada ao sul pelo rio Douro, indo até o cabo Finisterra, promontório no ângulo noroeste da Espanha. Além de reunir as atuais províncias do Minho e Douro Litoral, a Galécia dos romanos, ultrapassando as montanhas, incluía sob sua jurisdição também Trás-os-Montes, pois ia novamente de encontro ao Douro, fronteira natural entre a Espanha e Portugal. Na região montanhosa sobressaía-se Aquae Flaviae (Chaves), pela posição central que ocupava, na estrada militar que os romanos construíram de Braga a Roma, passando por Astorga, na Espanha.

Portanto, ignorando o relevo, os romanos reuniram numa só província o norte de Portugal, constituído hoje pelo Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes.

No ano de 409 começa a península Ibérica a ser invadida pelos bárbaros. Os suevos estabeleceram-se no norte de Portugal, enquanto Braga, por sua posição central, tornava-se residência desses reis bárbaros. No entanto, foram os visigodos que estabeleceram a mais florescente civilização na península. O latim modificava-se ao contato com o linguajar bárbaro, dando origem ao primitivo português e espanhol. Vocábulos de origem visigótica figuram também no idioma português: bandeira (bandwo), guarda (wardja), espoura (espaura).

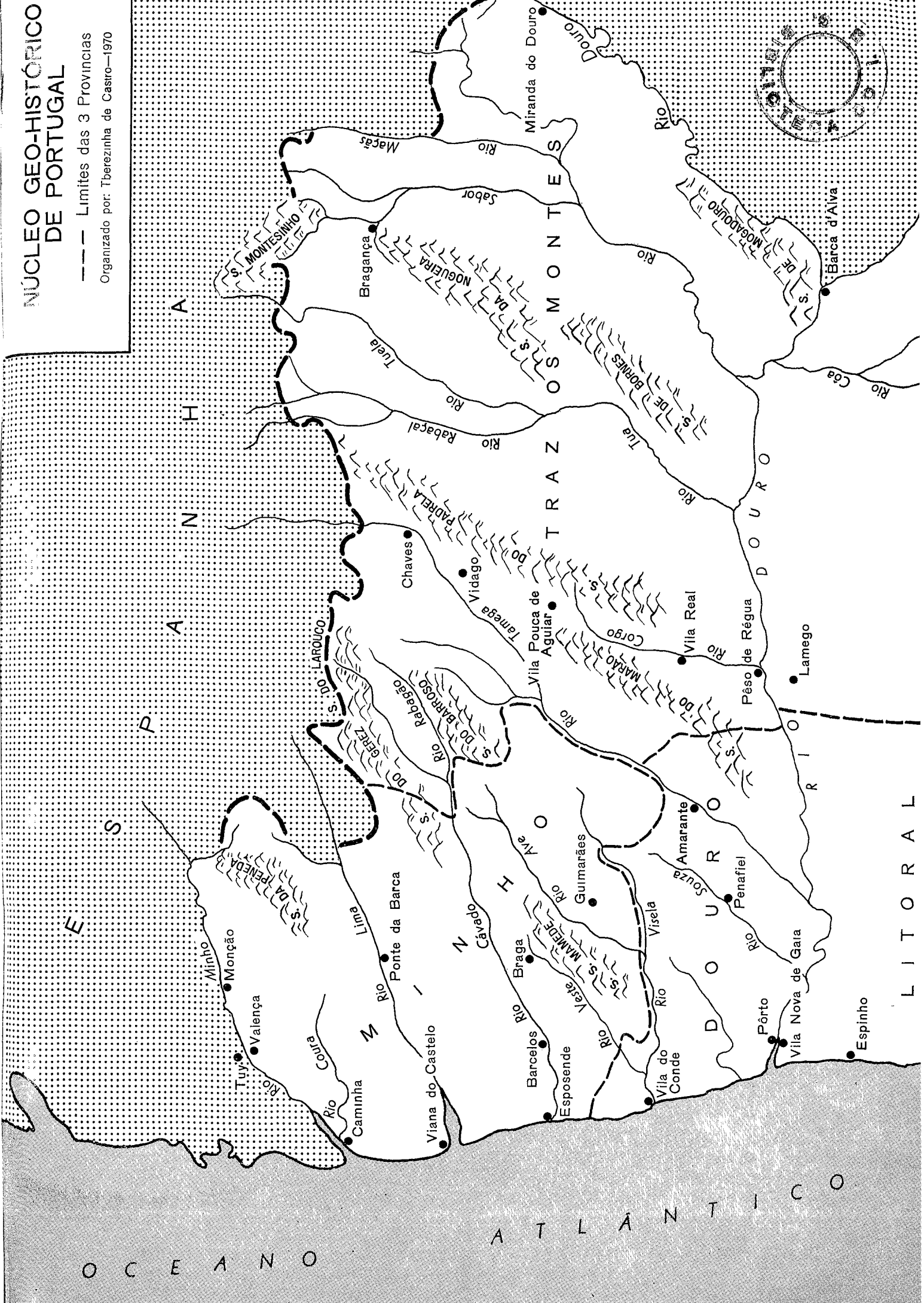
Em 711 os árabes provenientes do norte africano invadem o sul da península Ibérica; em Guadalete (714) derrotam as tropas de D. Rodrigo, o último rei godo.

Na península Ibérica os romanos haviam adotado o cristianismo; o Édito de Milão estendera a nova religião aos peninsulares (313). Os visigodos, que haviam adotado o cristianismo, com a conversão de seu rei Recaredo (586-601), refugiaram-se no norte, na região das Astúrias, que se tornava o

* Este trabalho foi possível graças a excursão que a autora fez às três Províncias setentrionais de Portugal em dezembro de 1969 e abril de 1970. A autora agradece a orientação que teve das Professoras Deolinda Santos e Ofélia Sena Martins, ambas do Instituto de Odiveiras.

NÚCLEO GEO-HISTÓRICO DE PORTUGAL

--- Limites das 3 Províncias
Organizado por: Terezinha de Castro—1970



centro da resistência aos invasores. O domínio muçulmano durou na península até 1492, quando os árabes foram desalojados de Granada, seu último reduto. Em Portugal êsse domínio teve menor duração (711-1249). No entanto, em território hoje português, ao *sul do Douro*, a ocupação árabe foi mais demorada, já que do *norte* os muçulmanos foram expulsos ainda no tempo de D. Afonso, o Católico, rei das Astúrias (739-757). Êste fato explica ser *maior a influência árabe ao sul do Douro*, em território português. Por isto podemos distinguir o *Portugal mourisco do Portugal românico*.

Conquistado o norte de Portugal, os cristãos foram se expandindo, embora subdivididos em vários reinos. Em fins do século XI estavam unidos os territórios de Leão e Castela, sob o centro de Afonso VI (1072-1109). Para melhor combater os árabes, êsse rei recorreu a outros nobres cristãos. Foi nessa época que muito se distinguiram Raimundo e Henrique de Borgonha, condes franceses. Para premiar-lhes os esforços, Afonso VI entregou a D. Raimundo o Condado da Gaiúcia, ao norte do Minho; a D. Henrique coube o *Condado Portucalense, entre o Douro e Minho. Guimarães*, formando o vértice triangular das duas cidades mais importantes do *núcleo geohistórico de Portugal* (Braga e Pôrto), seria escolhida para capital.

A atração que Trás-os-Montes exerce, com relação às províncias do Minho e Douro Litoral, iria logo se fazer sentir no início da formação da nacionalidade portuguesa. Caberia assim a D. Sancho I (1185-1211), o segundo rei de Portugal, *estender o vértice do triângulo político* que se formara, de Guimarães para *Bragança*.

De um *retângulo com as linhas maiores no sentido leste-oeste*, constituído pelas atuais províncias do Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes, o núcleo geohistórico português expandir-se-ia para o sul. Em 1249 o território português estava transformado em *outro retângulo, tendo um de seus lados maiores paralelo ao Atlântico*, onde a foz do Tejo, quase que a dividir o país em duas partes iguais, oferecia melhor abrigo que a do Douro. Assim conclui Orlando Ribeiro em seu livro *Portugal — o Mediterrâneo e o Atlântico*: “Com efeito, o centro político do Condado Portucalense, oscilante entre a metrópole de Braga, a côrte de Guimarães e o burgo marítimo do Pôrto, deslocara-se nos primeiros reinados para Coimbra, mas fixado em Lisboa, depois da conquista do Algarve, aqui se manterá para sempre”.

2 — O Condado Portucalense

O *núcleo geohistórico* pode ser definido como um *espaço natural*, onde se forjou o *ímpeto criador de uma cultura ou de um Estado*. Para que tal aconteça, todo núcleo geohistórico necessita de abundante *corrente de tráfico*; assim, o sítio ideal de sua instalação ser o de uma *bacia fluvial que mantenha contato direto com o mar*.

O núcleo geohistórico de Portugal estabeleceu-se entre os rios Douro e Minho. Limitava e protegia o Condado, na sua parte oriental, a zona montanhosa formada pelas serras do Geréz, Barroso e Marão. Assim, o núcleo geohistórico formado pelo Condado Portucalense constituía-se numa espécie de *anfiteatro, descendo da região montanhosa para o Atlântico*. Justificaria esta origem, em parte, a vocação marítima do pequenino reino surgido com D. Afonso Henrique.

Por outro lado, tendo estabelecido o seu núcleo geohistórico em região de *rêdes fluviais paralelas e tributárias do Atlântico*, os elementos aí estabelecidos conseguiram criar interesses culturais semelhantes. No caso específico do Condado Portucalense, que constituiu sua nacionalidade nas *bases culturais do cristianismo*, a tendência para a *reconquista* transformou-se num fator geopolítico de suma importância.

Reivindicando a *herança cristã* e, associando êsse fator ao da *defesa estratégica para a preservação do reino*, o núcleo geohistórico português vai se caracterizar pela *atividade expansionista em direção ao sul*, contra os árabes maometanos.

3 — Expansão e Imigração Portuguesa

Isolado na *periferia do continente europeu*, numa *nesga de terra voltada para o Atlântico*, caberia a Portugal o papel de pioneiro da expansão no mundo moderno. O deslocamento do norte para o sul do *centro de gravidade geohistórico* levou Portugal a arrastar consigo o destino das mais variadas regiões do mundo. O pequenino reino europeu precisava expandir-se ou declinar, jamais permanecer estacionário.

Coube a dinastia de Borgonha expandir o território português para o sul, conquistando terras aos árabes. O espaço geográfico português transformara-se num retângulo paralelo ao Atlântico, onde os estuários dos rios ofereciam bons abrigos. A relativa pobreza do solo e a posição geográfica do país levariam os portugueses a recorrerem à pesca para a sua subsistência; nos dois fatores associados en-

contraram incentivos para as grandes navegações.

Com o advento da dinastia de Avis, já os portugueses começavam a passar para a África, a fim de combaterem os árabes que lá estavam. O desejo da *segurança coletiva* levava-os a criarem uma espécie de *glacis defensivo ultramarino*. Do glacis defensivo, cujo ponto de partida foi *Ceuta* (1415), no norte da África, passaram os portugueses à exploração desse continente, procurando *uma nova rota comercial* que os levasse às especiarias das Índias. Das *rotas terrestres*, em continente europeu, no período da reconquista, evoluíram os portugueses para as *rotas marítimas*; do objetivo *defensivo* passavam ao *econômico*; da Europa projetavam-se para a África, Ásia e América.

Do vasto império ultramarino que os portugueses construíram no século XVI, apenas o Brasil, independente em 1822 e os enclaves da Índia (Goa, Diu e Damão) anexados por Nehru em 1960, os demais territórios mantêm-se unidos ao núcleo europeu.

Com 9.106.985 habitantes (estimativa de 1968), necessitando de elementos para auxiliar no povoamento e melhor aproveitamento das províncias ultramarinas, Portugal tem sofrido, nos últimos anos, uma evasão demográfica para países estrangeiros. Essa "*sangria populacional*" atinge especialmente o *norte de Portugal* que, pelo seu excedente, forneceu sempre *maior número de imigrantes ao Brasil*. (Quadro 1).

Quadro 1 — *Contingente Imigratório de Portugêses do Norte (1968)*

DISTRITO OU CONSELHO	Brasil	Alemanha	França
Pôrto	294	566	4 680
Braga	129	516	8 078
Bragança	330	305	2 308
Guimarães	..	202	1 713
Vila Real	326	—	—

Hoje, essa corrente imigratória, tão necessária ao nosso país, vem-se desviando principalmente para a *França e República Federal Alemã*. Atribui-se o fenômeno ao fato da *maior proximidade* desses dois países com Portugal Continental. É, por outro lado, interessante observar-se que, das ilhas, os imigrantes portugueses vêm demonstrando maior preferência pelos *Estados Unidos e Canadá*, que se tornaram também sérios concorrentes do Brasil. Para atrair imigrantes e localizá-los em núcleos coloniais, o Brasil achou-se sempre em *condições desvan-*

tajosas, comparativamente aos Estados Unidos e Canadá, que oferecem culturas e tipos de climas mais semelhantes aos da Europa. Por outro lado, no total imigratório do Portugal Continental, a França vem levando maiores vantagens, seguida por cifras ínfimas, se comparadas ao número dos que se destinam à Alemanha e ao Brasil. (Quadro 2).

Quadro 2 — *Total da Imigração Portuguesa (1968)*

PAÍS DE DESTINO	Portugal (Continental)	Ilhas
Brasil	3 119	393
França	46 499	16
Alemanha	4 822	4
Canadá	2 442	4 391
EE UU	2 666	8 175
Venezuela	1 470	2 281
África do Sul	980	—

A França começou a exercer atração sobre a imigração portuguesa a partir de 1957, quando apresentou uma cifra de 3.102 indivíduos contra apenas 772 pessoas entradas no ano anterior. Já para a Alemanha, o fluxo imigratório maior começou a se fazer sentir em 1963, através de um contingente totalizado por 1.029 pessoas, quando no ano anterior esse número atingia apenas 483 indivíduos.

O nosso Instituto Nacional de Imigração e Colonização, criado em 1938, organizou a legislação brasileira referente a questão imigratória. Essas leis tratavam da seleção, distribuição e quota de imigração, para impedir a formação de "quistos" no país. Os imigrantes estrangeiros ficaram sujeitos a essas leis, excetuando-se os portugueses que, desde 1939, podem entrar livremente no Brasil, por serem os formadores de nossa cultura e interessarem à nossa colonização.

Apesar das facilidades que o nosso govêrno concede aos portugueses, estes vêm se desviando do Brasil que, além dos Estados Unidos, Canadá, Alemanha e França, conta ainda com a *competição das províncias ultramarinas* de Portugal. (Quadro 3).

Quadro 3 — *Total de Imigrantes segundo País de Destino: Evolução da Corrente Imigratória*

ANO	Brasil	Prov. Ultramarinas	França	Alemanha	Canadá	EE UU
1940	12 260	13 226	—	—	—	328
1950	14 143	21 892	319	—	—	983
1960	12 451	32 318	3 593	—	4 895	5 679
1968	3 512	80 452	46 515	4 886	6 833	10 841

4 — Aspectos Geoeconômicos do Norte de Portugal

Dos 89.106 km² da extensão total do Portugal Continental (pouco menor que o nosso Estado de Santa Catarina — 95.985 km²) abrangem as províncias setentrionais formadas pelo Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes, cêrca de 19.959 km². (Quadro 4).

Quadro 4 — *Províncias do Norte de Portugal*

PROVÍNCIA	Capital	Área (km ²)
Minho ..	Braga	4 839
Douro Litoral	Pôrto	3 285
Trás-os-Montes	Vila Real	11 835

Fonte: Boletim da Junta de Emigração (Ministério do Interior) Lisboa, 1968

A região nortenha portuguesa caracteriza-se por *uma linha de montanhas com orientação geral nordeste-sudoeste*, constituídas por barreiras sucessivas desde as proximidades do Atlântico até a fronteira espanhola. Por entre essas serras correm rios em vales longitudinais, tributários diretos do Atlântico ou componentes da bacia do Douro.

Em seu conjunto, a *bacia do Douro* ocupa em Portugal cêrca de 18 559 km². Após servir de limite com a Espanha (122 km), o Douro penetra em território português por Barca d'Alva, seguindo até o Atlântico por um percurso de 322 km. Na região de Barca d'Alva margeia a serra dos Mogadouro (850 m) e alarga seu vale para começar a ser navegável. Recebe, então, pela margem norte o rio Sabor (120 km), de regime torrencial e muito sujeito a cheias. As serras de *Montesinho* (1 158 m), *Nogueira* (1.318 m) e *Bornes* (1.200 m) separam os vales do Sabor e *Tua*, este último constituído em artéria fluvial de acentuado declive

Surge, então, a região denominada "*o país do vinho*", entre o *Tua* e *Tâmega* (128 km), tendo o *Côrgo* (110 km) como o centro da mais fértil e abundante região vinícola de Portugal. Os vinhedos começam a mostrar sua pujança principalmente no lado leste da *serra do Marão* (1 415 m), entre o *Côrgo* torrencial, em seu leito de falha e o *Tua*, entre os quais estende-se a *serra do Padrela* (1 147 m). As cepas atarracadas (bardos), cuidadosamente plantadas, constituem-se nas videiras "que comem lavas e bebem sol", segundo informação dada por um agrônomo a Guerra Junqueiro. Na confluência do *Côrgo* com o Douro, *Pêso de Régua* tem grande importância econô-

mica, por ocupar o centro geográfico do denominado "país do vinho". Nesta região do *Côrgo-Douro*, as cepas dos vinhedos encontram-se escalonadas nas mesetas pedregosas; a vindima ocupa grande parte dos meses de setembro a outubro, tôda ela dedicada à fabricação do vinho do Pôrto.

Deixando a região montanhosa de Trás-os-Montes para penetrar na província do Douro Litoral, o rio Douro transforma-se então em estrada fluvial mais movimentada, embora ainda pouco aproveitada para a navegação, pois para tal exigiria obras de regularização do seu leito. Mesmo assim sua navegabilidade é efetuada por cêrca de 200 km pelos chamados *barcos rabelos*. Estes, de fundo chato, estreitos e pontagudos, dotados de vela latina, são os únicos que conseguem vencer as dificuldades do percurso. Muitas vêzes, na viagem de retôrno, os rabelos têm quer ser puchados por bois, que seguem ao longo das margens, desviando-os das rochas, penedos e baixios. Variam os rabelos em seus tamanhos dos 20 aos 50 tonéis; os maiores apresentam-se com capacidade para transportar de 40 a 50 pipas do famoso vinho do Pôrto.

Após receber o *rio Souza*, que alimenta a cidade do Pôrto, a 4 km do Atlântico, o Douro desemboca no oceano através de um estuário. Na região da foz surgem os imponentes blocos graníticos sôbre os quais se assentam as cidades do Pôrto e, à sua frente, a de Vila Nova de Gaia. Nesta seção o estrangulamento do vale faz com que a altura das águas e sua velocidade atinjam enormes proporções. O regime torrencial é tão elevado que o volume das águas chega, em sua máxima estiagem, a 20 m³/segundo.

Entre os tributários diretos do Atlântico, o mais setentrional é o *rio Minho* (75 km), servindo de fronteira entre a Espanha e Portugal. De regime torrencial até Monção, recebe o *Coura*, que torna sua barra perigosa, assoreando o pôrto de Caminha, que perdeu, aos poucos, a importância comercial do passado. A *serra da Peneda* (1.441 m) limita as bacias do *Minho* e *Lima* (65 km), este também de regime torrencial até Ponte da Barca. Nascendo na *serra do Larouco* (1 525 m), o *Cávado* (118 km) vai ladeando a *serra do Gerez* (1 560 m), a mais alta da região e recebe o *Rabagão* cerca do pela *serra do Barroso* (1 279 m). Descendo de grandes altitudes, em perfis transversais, com a configuração em "V", êsses rios possuem corrente impetuosa, atingindo, em média, 8 m³/segundo; assim surgiram aí as barragens de *Pisões*, *Salamonde* e *Caniçadas* que, a partir de 1958, vêm aprovei-

tando o potencial hidrelétrico da região. Finalmente o *rio Ave* (85 km), com o *Visela*, menos caudalosos, são navegáveis até Vila do Conde a 2 km da foz.

Nota-se grande afinidade entre as duas províncias litorâneas do Douro e Minho. Em ambas predomina o terreno granítico que, graças a sua permeabilidade, torna *intensiva a lavoura do milho e sobretudo da vinha*. A medida que caminhamos para o interior, em direção a Trás-os-Montes, *a agricultura vai cedendo lugar às pastagens*, até que o terreno, tornando-se xistoso e de fácil desagregação, apresenta-se completamente pobre para a agricultura.

5 — O Homem e o Meio

Por outro lado, *a densidade de população é mais alta* nas províncias do Minho e Douro Litoral; daí a *grande divisão da propriedade agrícola* (minifúndios) que se vai rarefazendo em Trás-os-Montes. A diminuição da densidade de população está em estreita *relação com a pluviosidade*. Os ventos atlânticos, barrados pelas serras, descarregam toda a sua umidade nas duas províncias litorâneas, tornando o interior de Trás-os-Montes menos chuvoso.

No conjunto de províncias que formam o país continental europeu, o Douro Litoral e Minho são as que se apresentam mais densamente povoadas. Assim, excetuando-se o distrito de Lisboa (548 habitantes/km²), que é o centro administrativo do país, surge o distrito do Pôrto em primeiro lugar (573 habitantes/km²), seguido por Braga (235 habitantes/km²): já em Vila Real a densidade demográfica é de 79 habitantes/km², atingindo em Bragança, bem mais interiorizada, a cifra de apenas 37 habitantes/km². (Fonte: The Statesman's Year Book — 1969/70).

Integrado no aspecto risonho e verde da paisagem, bastante concentrado na terra, o povo desta região nortenha litorânea apresenta-se mais alegre, com certa mansidão que vai até a timidez. Não é impulsivo como o transmontano que vive empoleirado nas serras, onde as condições de luta e subsistência são bem mais difíceis. Vivendo em região mais agreste, tornou-se o povo do interior mais violento e arrebatado; daí a afirmação de Guerra Junqueiro de que "quando um transmontano mata um homem, o minhoto quebra um prato". A maior inclemência da natureza em Trás-os-Montes impôs ao homem o instinto da solidariedade, donde o ditado: "para cá do Marão mandam os que cá estão".

A arquitetura dessa região portuguesa reflete, em geral, o passado romano-medieval através das pontes, aquedutos e, sobretudo, castelos. Segundo o espanhol Giner de los Rios, "excetuando-se as margens do Reno, será difícil encontrar tão grande número de castelos como em Portugal". Obra dos primeiros reis portugueses, o castelo de Guimarães (berço da nacionalidade), como o de Bragança, atestam o esforço defensivo desse povo; comparando-os com os existentes em seu país, o escritor inglês Martin Hume afirmou que "a maior parte das fortalezas feudais da Inglaterra não passam de simples guaritas".

Em 1960 Jacquemart afirmava: "Portugal é, de algum modo, o novo mundo da cerâmica". Deste modo, os templos religiosos, embora não apresentem riqueza de vitrais, caracterizam-se pela abundância dos azulejos e talha. No seu conjunto podemos então afirmar que o *Portugal formado ao norte do Douro é mais romano-cristão* do que o do sul, onde se vão notando mais os *traços da influência árabe*.

Por todo o norte de Portugal pontilham ainda as antigas mansões e *velhos solares* escondidos nas quintas; braçoados, com sua fachada alta e linear, cornijas, sacadas e escadarias com lances imponentes. Entre esses solares destacam-se o de Feital, perto de Braga e o dos Mateus em Vila Real.

No Douro Litoral e Minho, especialmente, a casa popular é predominantemente de dois andares quer apresente-se em forma de chalé quer nos típicos sobrados, também trazidos para o Brasil. Apresentam a clássica varandinha, alguns até com a escada exterior correndo paralela ao muro ou parede lateral; comuns ainda as gelósias e muxarabis, pequenos balcões sustentados por colunas de pedra ou então de madeira.

Na região onde é abundante o granito, a grossa alvenaria compõe a habitação. Já o beiral mais alongado indica a pluviosidade maior, enquanto a colmeada de giesta ou palha vão caracterizar as regiões serranas. Verdadeiras palhocas são encontradas em Trás-os-Montes, contrastando com a riqueza dos abrigos abertos na própria rocha, especialmente na serra do Gerês.

6 — Núcleos Populacionais Setentrionais

A mais importante cidade desta região nortenha é o *Pôrto*, na realidade a metrópole natural de toda a área, por ser o núcleo industrial e comercial de maior potência. Sob o ponto de

vista histórico liga-se ao Brasil através da Igreja de N. S. da Lapa, edificada no setor mais alto da cidade, guardando em suntuoso mausoléu o coração de Pedro I, artífice de nossa independência.

Por sobre o Douro a ponte D Luiz, construída entre os anos de 1881-85, com dupla passagem (para trens e automóveis), comunica o Pôrto com *Vila Nova de Gaia*; nesta localizam-se os armazéns e principais casas exportadoras do vinho do Pôrto.

Ainda no Douro Litoral destacam-se: *Penafiel*, no rio Souza, estação termal de águas medicinais e centro de região vinícola; e *Espinho*, com uma das mais belas praias da península, denominada por isto "a Biarritz Portuguesa". *Amarante*, no rio Tâmega, servida por ponte de ferro com 300 metros de comprimento por 56 metros de altura, exerceu no Brasil Colonial a sua influência cultural Na Igreja de S. Gonçalo o túmulo dêsse santo casamenteiro, com escultura bastante desgastada nos pés e face, por rezar a tradição que quem ali colocar as mãos será bem sucedido em seus propósitos matrimoniais. De Amarante a festa do santo casamenteiro foi trazida para o Brasil e, dado o seu cunho pagão, foi, aos poucos, sendo proibida pela Igreja. Em seu livro *Nouveau Voyage Autour du Monde*, Gentil de la Barbinais descreve ainda uma dessas festas trazidas de Amarante para o Brasil, à qual compareceu o Marquês de Angeja (1714-18) nosso Governador Geral. Dizia Barbinais que o marquês dansava e pulava em "violento exercício que não lhe ia nada bem com a idade e posição; mas seria uma impiedade digna de fogo se não prestasse essa homenagem ao santo de Amarante".

Capital regional do Minho, *Braga* é cognominada a "Roma Portuguesa", já que seu bispado é dos mais antigos na península, disputando com Toledo, na Espanha, a primazia religiosa dessas terras. Cinco Concílios aí se realizaram (o primeiro em 411); seu arcebispo, do tempo dos visigodos, teve o título de Primaz das Espanhas Fundada por Himilcon, foi côrte e residência dos antigos reis suevos Denominada Bracara Augusta pelos romanos, caiu em poder dos árabes em 730, sendo conquistada por Fernando II de Castela; foi durante algum tempo residência dos reis portugueses. Situa-se sobre colinas, no centro fértil da planície banhada pelos rios Cávado e Veste; rodeada por velha muralha defensiva, porém muito bem conservada A Catedral é o edifício principal da cidade, em vastas proporções, de formas robustas e maciças; diz-se que é o mo-

numento-templo mais antigo do país (século XII), donde o ditado: "velho como a sé de Braga". Aí estão os túmulos de D. Henrique de Borgonha e D. Teresa, herdeiros do Condado Portucalense, bem como a múmia do Arcebispo Lourenço Coutinho (em excelente estado de conservação), que tomou parte na batalha de Aljubarrota. No Museu da Catedral encontra-se a cruz de ferro, diante da qual Frei Henrique celebrou a primeira missa no Brasil No entanto, é o Santuário de Bom Jesus de Braga, localizado num monte de 564 metros de altura, o monumento que nos fala bem de perto, graças à semelhança com o de Bom Jesus de Congonhas do Campo, o interior da Igreja, como a nossa, nada tem de notável, pois o que vale é o conjunto da obra, com suas estátuas alegóricas e a visão de Braga agrupada a seus pés, na vasta campina.

Barcelos, no rio Cávado, situa-se em escarpas que dominam extensas planícies; é cidade de termas e águas minerais Sob o ponto de vista econômico, é intensa a pesca da truta e do salmão, praticada na região Daí foi trazido o "galo de Barcelos", estatueta de barro cozido, todo colorido, ainda tão à gôsto de comerciantes portugueses estabelecidos no Brasil, com a suposição de que o objeto traz sorte e prosperidade

Pôrto pesqueiro na embocadura do rio Lima, é *Viana do Castelo*, principal centro exportador do vinho minhoto e local de onde partem os pesqueiros portugueses para a ilha de Terra Nova Antiga Velobriga dos romanos, a cidade sobressai-se pelas numerosas habitações dos séculos XVII e XVIII, outrora pertencentes a famílias nobres do país.

Guimarães, considerada como o berço da nacionalidade portuguesa, tem no seu castelo uma verdadeira fortaleza medieval que, apesar de datar do século X, foi reconstruído no século XI pelo Condé Henrique de Borgonha; nesse castelo nasceu Afonso Henrique (1110) fundador da monarquia portuguesa.

Capital de Trás-os-Montes, *Vila Real* foi fundada por D. Dinis em 1283, destacando-se hoje na região vinícola do rio Côrgo.

No norte destaca-se *Chaves*, a Aquae Flaviae levantada por Trajano, de tantas tradições romanas, inclusive na sua ponte de 18 arcos sobre o Tâmega; são famosas desde o tempo dos romanos suas águas termais Tirando-se uma reta de Chaves para o sul, podemos localizar várias cidades de águas do país, entre as quais *Vila Pouca de Aguiar* e *Vidago*, "a Vichy

Portuguêsa”, com águas indicadas para a cura de doenças do estômago, fígado e intestinos.

Bragança e Miranda do Douro são as mais interiores cidades de Trás-os-Montes. Antiga Brigantia, fundada por Brigo em 1900 a.C., foi *Bragança* reedificada, segundo alguns historiadores, por Augusto, em honra à memória de Júlio Cesar. Seu nome homenageia o fundador da Casa de Bragança, o Conde D. Afonso, filho ilegítimo de D. João I. O advento da Casa de Bragança ao trono data de 1640, com D. João IV, quando da separação das

monarquias Ibéricas. A partir desse ano os Braganças reinaram, respectivamente, no Brasil até 1889 e em Portugal até 1910. A cidade de Bragança localiza-se a 8 km da fronteira espanhola, numa planície à margem do rio Fervença. A parte da cidade medieval encontra-se ainda englobada dentro das muralhas fortificadas, onde se destaca o castelo gótico construído por D. Sancho I. Finalmente *Miranda do Douro*, na fronteira com a Espanha, banhada pelo rio Douro, ilhada por muito tempo, tem sua população como guardiã do mirandês, interessante dialeto da língua portuguesa.

Remanescentes Coloniais na América

DELGADO DE CARVALHO

1 — Geoeconomia da Região Caribe

O Continente Americano, ocupado há mais de quatro séculos por nações européias, só conserva atualmente uns poucos remanescentes desta colonização. Constituem possessões ainda algumas ilhas situadas na orla oriental das Américas. São das primeiras que foram vistas pelos descobridores ibéricos e foram também das primeiras esquecidas por eles ou abandonadas por descobertas mais sedutoras no século XVII. Na terra firme só os holandeses ocupavam, no fim daquele século, um ponto do litoral entre os deltas do Orinoco e do Amazonas.

As *Guianas* colonizadas, numa superfície de cerca de 450 mil quilômetros quadrados, constituem a vertente atlântica do “complexo brasileiro”, isto é, da massa granítica e gnáissica erodida do chamado *Maciço Guianense*. Suas formas tabulares, com serras pouco elevadas, encaixam as correntes fluviais do sul para norte (Oiapoque, Naroni, Corentine, Essequibo). Alimentados por forte pluviosidade, os rios permitem o desenvolvimento de frondosa vegetação, mas ao formar, nas costas baixas, cordões litorais e lagunas, determinam pântanos, “bayus” e iguapés. Os climas das Guianas não gozam, em geral, de reputação muito favorável, principalmente na orla costeira. Diz Pierre Denis que “o regime das correntes e dos constantes ventos de leste contribuiu para a defesa da costa guianense contra os empreendimentos das feitorias espanholas do Mar das Antilhas.”

Econômicamente, as Guianas são terras de culturas tropicais, com pouca criação de gado, a não ser nas regiões costeiras. Os *polders*, regiões baixas conquistadas sobre os pântanos, são característicos das atividades holandesas, lá operando desde meados do século XVII. No interior, a parte alta dos rios é pouco aproveitável devido aos numerosos rápidos e quedas Na

parte inferior, as marés facilitam a navegação dos barcos; mas os polders tem de ser preservados contra a invasão das águas.

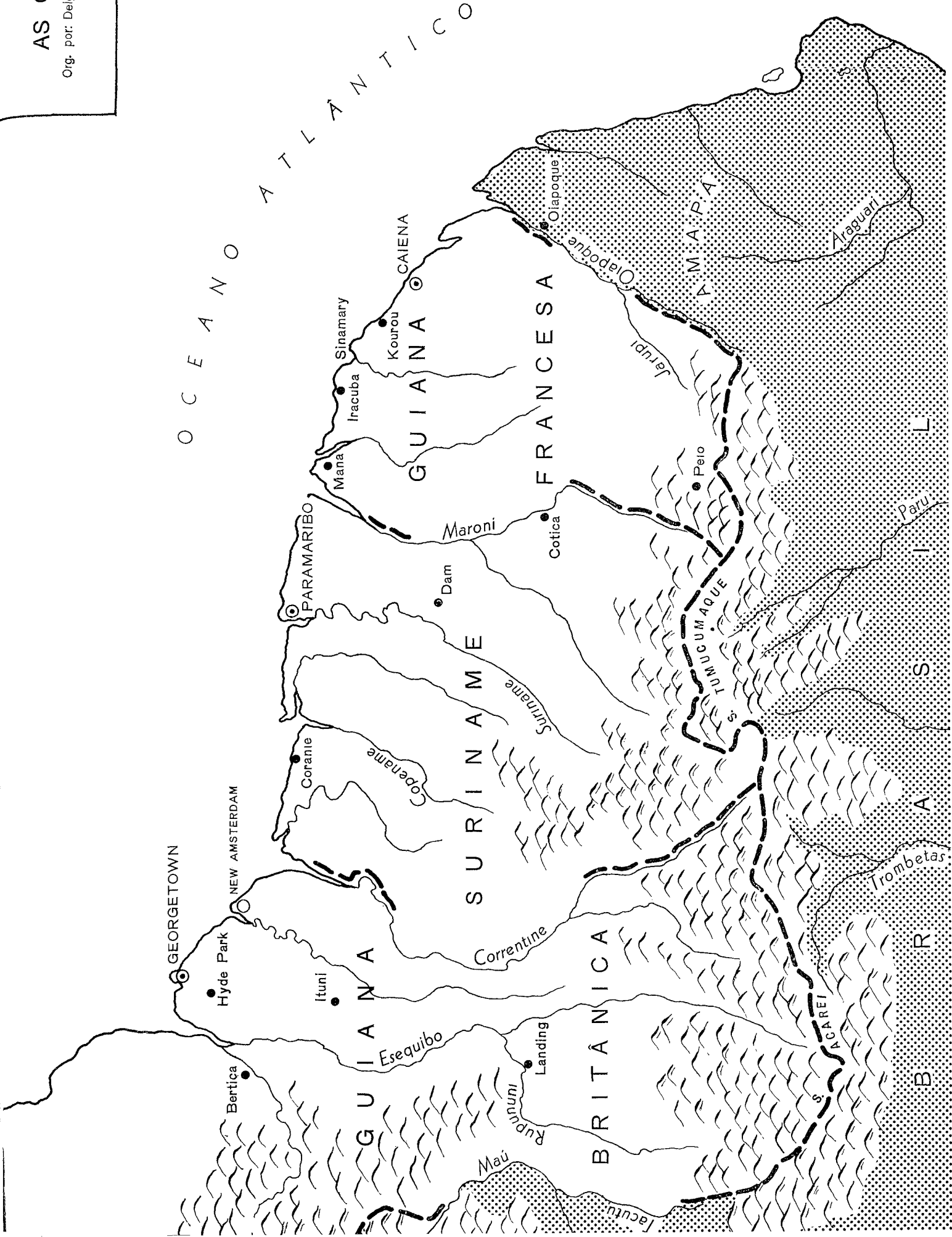
As terras de cultura, nas Guianas, são geralmente férteis e se prestam à lavoura de cana, de arroz, de cacau e de café. São produções que aos poucos se têm desenvolvido e a da cana, principalmente, se tem prestado à exportação em grande escala. Na *Guiana Britânica*, apesar do alto custo da drenagem e irrigação, há duas colheitas anuais de cana para cobrir as despesas, e o trabalho é realizado por uma empresa inglesa (Booker Brothers) que possui cerca de 80% da plantação; é a segunda produtora das *Índias Ocidentais*, depois da *Jamaica* (embora a Guiana Inglesa não pertença geograficamente às Índias Ocidentais). O arroz progrida cultivado principalmente por hindus imigrados. As matas constituem grandes riquezas e reservas de madeira de lei de apreciado valor, assim como alguma *borracha* (balata).

Maiores recursos econômicos são, entretanto, encontrados atualmente na exploração das *minas* guianenses das três colônias. Nas aluviões do rio Aroague, na Guiana Francesa, foi descoberto por um visitante brasileiro chamado Paulino a primeira jazida de ouro, em 1853. O comandante do quartelão, Cony, diz Henri Vast, não quis silenciar tão importante descoberta que determinou uma corrente de pesquisadores e aventureiros (H. Vast — *La plus Grande France* — pg. 491). A febre do ouro povoou as outras Guianas. Na parte britânica, Mackenzie City se tornou centro mineiro da exploração de *bauxita*, que se acha em franco progresso, sendo subsidiária da *Companhia de Alumínio do Canadá*. No *Suriname holandês*, são também a bauxita e o alumínio as maiores exportações da colônia.

Um dos problemas que sempre preocupou as administrações coloniais das Guianas foi o relativo à *mão-de-obra*. Daí o tipo de população heterogênea que as povoa. Os elementos indígenas são relativamente poucos, *caribes*, *aruaques* e *tupis*, muitos dos quais vivem isolados nas matas do interior, outros se misturam aos contingentes imigrados. No século XVIII houve implantação de numerosa população negra. A abolição da escravidão se deu em 1838 na colônia britânica; em 1863 na colônia holandesa, e em 1898 na colônia francesa. Os ingleses encaminharam para a sua Guiana fortes contingentes de *hindus*. Na ilha de *Trinidad*, ao lado dos 360 mil negros, vivem hoje 300 mil hindus. A parte holandesa, além de *chineses* e *hindus*,

AS GUIANAS

Org. por: Delgado de Carvalho—1971



recebeu muitos *javaneses*. A parte francesa foi procurada por negros das Antilhas. Entre as ilhas das Índias Ocidentais holandesas (Aruba, Bonaire São Martim, Saba e Santo Estácio) destacou-se a ilha de *Curaçau* pelos seus afamados licores. Israelitas portugueses, vindos do Brasil para trabalhar na agricultura, aí se dedicaram (1966) ao comércio, no qual alcançaram altas posições. Foram mais tarde ultrapassados pelos capitalistas que fizeram da ilha o grande entreposto de petróleo venezuelano de exportação, com refinarias e pôrto franco (Willemstad). As possessões britânicas nas Índias Ocidentais são, além da Guiana que nela se inclui, *Jamaica*, *Trinidad* e *Tobago*, *Honduras Britânica*, as ilhas de *Sotavento* e de *Barlavento*. A França, por sua vez, também possui nas Antilhas as ilhas de *Guadalupe*, da *Martinica* e suas várias ilhotas dependentes, hoje elevadas à categoria de departamentos franceses

2 — Suriname

Històricamente o litoral das Guianas foi cedo conhecido pelos navegantes espanhóis, pois em 1498 *Colombo* viu *Trinidad*; *Ojeda*, *Vicente Pinzon* e *Gonzales*, exploradores do Orinoco, costearam a região. No fim do século XVII, os jesuítas fundaram o povoado de *Santo Tomás*, no atual território britânico. De lá foram expulsos em 1581 pelos holandeses que se estabeleceram às margens do Essequibo e do Demerara, com o auxílio dos nativos. Em 1596 foi fundada a cidade de *Stabroek* (hoje Georgetown). A região pertencia à *Província de Zelândia*, mas quando foi fundada a *Companhia Holandesa das Índias Ocidentais* os holandeses venderam a sua colônia à nova companhia. Em 1667, porém, o *tratado de Breda* terminava a guerra anglo-holandesa com a conquista de Nova Amsterdam pelo duque de York (mudando-lhe o nome para Nova York). A Inglaterra, em compensação, restituiu aos batavos a Guiana.

Durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos as possessões insulares da Holanda, Santo Estácio principalmente, desempenharam um papel importante no transporte de suprimentos para os rebeldes e fizeram bons negócios. O fato não passou despercebido pelas autoridades britânicas; foi declarada guerra às Províncias Unidas em 1780, e durante o longo conflito com a França revolucionária e napoleônica, a Inglaterra se apoderou de todas as colônias neerlandesas da África e da América. Suriname só foi restituída à Holanda em 1816, mas as bacias do Essequibo, do Demerara e do

Berebice ficaram com os ingleses, formando a Guiana Britânica. Depois da mensagem de Monroe em 1823, não houve mais alterações nos limites da região. O rio Corentine é a fronteira anglo-holandesa. Do lado venezuelano porém existe um contestado.

3 — A Questão do Amapá

A primeira expedição francesa para a Guiana foi a de *La Ravardière*, em 1604. Seu relatório ao rei Henrique IV foi favorável à colonização. Entretanto falharam todas as cinco companhias organizadas no século XVII. *Caiena* foi fundada em 1632, como capital da *França Equinocial*, sob a autoridade da *Companhia das Índias Ocidentais*, que Colbert protegeu. A colônia foi repetidamente atacada por holandeses e por ingleses. Os portugueses, por sua vez, depois da expulsão dos franceses do Maranhão, penetraram na Guiana e tomaram Caiena. O *conflito franco-português* foi terminado em 1700 por um *modus vivendi* que praticamente neutralizava a zona entre o Oiapoque e o Amazonas. Em virtude do *Tratado de Utrecht* (1713) D. João VI restituía Caiena a Luiz XIV, mas o artigo VIII do pacto reconhecia a Portugal as "Terras do Cabo Norte" entre o *Vicente Pinzon* e o Amazonas, isto é, o Amapá. O acôrdo anterior, porém, servia de pretexto aos franceses para discutir a situação geográfica do chamado rio Vicente Pinzon, que não reconheciam como sendo o rio *Oiapoque*. Outros rios, como o Cassiporé, o Calçoene e mesmo o Araguari foram por eles tidos como o verdadeiro Vicente Pinzon.

Invadido Portugal pelas forças francesas de Napoleão, o governo do *Regente D. João* resolveu pôr fim às incursões francesas no Amapá, e as forças portuguesas invadiram a Guiana e ocuparam *Caiena* (1809). Durou oito anos esta ocupação. Foi um período de boa administração do governo Maciel da Costa (Marquês de Queluz) que desenvolveu a agricultura e importou gado de Marajó. Em 1814 o Príncipe Regente recusou-se a ratificar o *Tratado de Paris* que fixava o limite do Amapá num rio chamado *Carapaporis*. No *Tratado de Viena*, finalmente, foi o Oiapoque reconhecido, e, em 1817, restituíram os portugueses a Guiana à França.

Durante a primeira parte do século XIX, a questão de limites do Amapá não foi tratada, mas deram-se incidentes na região. Esses incidentes, no tempo do rei *Luiz Felipe*, tornaram tensas as relações com a França. Uma *intervenção francesa* levou a um boicote dos produtos franceses, e o caso não

se agravou devido a uma intervenção britânica de *Palmerston* em favor do Brasil. A Inglaterra não convinha qualquer expansão francesa na vizinhança da sua Guiana, tanto mais que esta expansão visava a cordilheira Tumucumaque-Acarai até as nascentes do Essequibo, na Guiana Britânica.

O *governo imperial* julgou então oportuno enviar a Paris a missão do *Visconde do Uruguai* para negociar uma solução definitiva, mesmo fazendo algumas concessões à França. O *governo de Napoleão III* resolveu desconhecer totalmente o caso e só apresentar exigências; finalmente acabou se recusando a qualquer solução, com receio de ter o caso que envolver pretensões inglesas. (1855-56).

No fim do século surgiram novos incidentes em consequência de uma *República do Cunani*, instituída no território contestado por um aventureiro francês, a fim de manter a ordem na região. O rapto de um negro brasileiro naturalizado francês, causou intervenção armada do governo de Caiena. Houve discussão no Parlamento francês e o *governo de Paris* aceitou o recurso a um *arbitramento*. (1886-96) Incumbido o Barão do Rio Branco de preparar a defesa dos direitos brasileiros, foram apresentadas as suas duas *Memórias* justificativas, obra considerável, que o árbitro escolhido, o *Governo Suíço*, estudou durante um ano, e deu finalmente laudo favorável ao Brasil, reconhecendo que o verdadeiro rio Vicente Pinzon, do tratado de Utrecht, é o *rio Oiapoque*.

A Guiana Francesa, gozando na metrópole de pouco recomendável reputação, serviu durante o século XIX como *presídio*, principalmente para presos políticos. No fim do século, para a *Ilha do Diabo*, foi deportado o Capitão Dreyfus, cujo processo teve repercussão no mundo inteiro. Desde 1945, não foi mais a Guiana considerada como presídio, mas em 1946 a colônia passou a ser *departamento ultramarino*, com Conselho Geral local e representação no parlamento francês.

4 — “British Caribbean”

Sob o ponto de vista de sua estrutura política, as remanescentes pessoas britânicas das Índias Ocidentais podem ser divididas em colônias propriamente ditas e em *Estados membros da Comunidade Britânica*, sendo que a Guiana (hoje com grafia Guyana) se tornou república em fins de fevereiro de 1970.

As *Bahamas*, as *Bermudas* e *Honduras Britânica* (território de Belize) são colônias; *Jamaica*, *Trinidad* (com

Tobago) foram recebidas na Comunidade Britânica em 1962, e *Barbados* em 1966 com a *Guiana*.

Quanto à composição étnica, as populações das Índias Ocidentais são de várias origens. Dos ameríndios primitivos, dos *caribes*, só resta 1%, além do nome dado ao conjunto colonial “British Caribbean”. A parte mais importante da população é formada de *africanos* trazidos pelos colonizadores para as plantações; em seguida, a maior contribuição étnica é de *hindus*, asiáticos das Índias Orientais. Este último elemento é hoje predominante na Guiana. Os grupos europeus são em menores proporções.

O Suriname holandês é etnicamente muito mais heterogêneo. O isolamento dos grupos humanos determinado pela insularidade é compensado por movimentos migratórios interinsulares sazonais, devido à necessidade de mão-de-obra nas ilhas que produzem cana-de-açúcar em grande escala. Durante boa parte do século XVIII, *Jamaica* e *Barbados* foram mais importantes fontes de benefícios para a Inglaterra do que as próprias treze colônias da orla americana. A cultura dos “*estates*”, ou engenhos, introduziu centenas de milheiros de negros da África Ocidental. Com a supressão do regime escravagista as condições econômicas dos engenhos e outras culturas decaíram, visto que as ilhas não ofereciam vantagem para a *imigração* espontânea de agricultores nem para a colocação de *capitais*. O recurso foi então a introdução da mão-de-obra *hindu*, cuja população em Trinidad equivale quase à população africana.

Além da cana-de-açúcar constituem recursos agrícolas das ilhas o *cacau*, o *café*, o *fumo*, o *algodão* e as *frutas*. O cacau é produto principal da agricultura em Trinidad, em Santa Lúcia e em Dominica, ilhas de Sotavento. Além das frutas, a Jamaica é afamada pelo seu *rum*. Hoje o *asfalto* de seus lagos deu a Trinidad uma posição econômica que vem ainda realçar o *petróleo*.

O papel importante que representaram as ilhas sob o domínio britânico na *estratégia da Segunda Guerra Mundial* despertou a atenção dos governos e das populações para as possibilidades de uma nova organização política e econômica. Em 1947, na *Conferência de Montego-Bay* (na Jamaica), foi posta em discussão uma questão que nem Trinidad nem Jamaica, as duas principais ilhas, acolheram favoravelmente, em vista das responsabilidades que lhes caberiam. Por sua vez, a Guiana e Belize se afastaram para ulterior decisão. As maiorias africanas recebiam minorias hindus e outras

A Conferência de Londres, reunida em 1953, adotou a decisão de Montego-Bay relativa no *plano Rance*, (governador de Trinidad) e três anos mais tarde o Parlamento votou a lei que dotava as ilhas de novo regime sob uma *Constituição Federal*, descentralizada, segundo o modelo da Austrália. Não satisfez a solução e novas conferências foram reunidas em 1960. Os Estados Unidos, por seu lado, abriram mão das *bases estrangeiras* que tinham adquirido durante a última guerra em Trinidad e na Guiana. Em 1962 era *dissolvida a Federação*, com as independências reconhecidas naquele ano (Jamaica, Trinidad e Tobago).

5 — A República da Guiana*

O fato de a libertação concedida em 1962 à *Jamaica* e à *Trinidad* não ter sido obtida pela Guiana, resultou das condições precárias que política e socialmente reinavam então no país. A *Guiana Britânica*, chamada a “terra dos seis povos” (hindus, africanos, ameríndios, portugueses, chineses e ingleses) é, em realidade, apenas a terra de duas etnias adversárias, pois de seus 690 mil habitantes, 360 mil são *hindus* e 220 mil *africanos*.

Os acontecimentos que adiaram a independência foram as greves e as violências que levaram quase à *guerra civil*. As lutas internas, iniciadas em 1960, se deram entre africanos, que predominam em *Georgetown* e nas cidades, e os hindus, em maioria no país, mas principalmente nas zonas rurais.

O conflito foi essencialmente *racial* e não político-econômico, pois,

inesperadamente, os elementos citadinos se revelaram mais conservadores do que os elementos rurais que apoiavam o chefe socialista *Jagan*, esquerdista, levado a sacrificar os interesses da lavoura de seus patrícios hindus. Os grupos étnicos, durante os anos de conflito, chegaram a realizar migrações internas para se reunir aos de sua raça; foi o que se deu com a saída dos elementos negros da próspera região industrial de *Mackenzie*, centro das jazidas de bauxita (1964). O negro *Burnham*, chefe conservador, conseguiu vencer seu adversário *Jagan* nas combinações políticas, apoiado não somente pelo governo de Londres como também pelos recursos americanos. Durante a dominação esquerdista (1953-1964) as deficiências em petróleo, trigo e outras mercadorias haviam sido providas pelos soviets, via Cuba. Coube ao governo conservador efetuar a proclamação da *República*.

Esta nova república, cuja área é aproximadamente a do nosso Estado do Paraná, teve a sua formação territorial envolvida em questões de limites com os seus três vizinhos. Com a *Holanda* foi fácil a fixação do *rio Corentine* como limite em todo o seu curso. Com o *Brasil*, a *sentença arbitral* do rei da Itália, em 1904, atribuiu aos ingleses as terras além da linha *Tacutu-Mahu*, apesar da documentada defesa de nossos direitos apresentada por Joaquim Nabuco.

Com a Venezuela, porém, a Inglaterra baseou os seus direitos sobre a exploração de *R. Schomburgk*, de 1836-39 e reivindicou como fronteira o separador d'águas do rio Orinoco (margem direita), enquanto a Venezuela levava as suas pretensões até a *linha do Essequibo*. Uma decisão arbitral de 1897 não satisfez os demarcadores

* Vide *Atlas de Relações Internacionais* número 1

Vida Goeconômica e Social do Uruguai

DELGADO DE CARVALHO

1 — Antecedentes Históricos

Uma das feições goeconômicas da terra uruguaia foi a demora que, na era colonial, marcou a sua ocupação pelos elementos peninsulares, conquistadores da América do Sul. Situada entre o rio *Uruguai*, o *Rio da Prata* e o *Atlântico*, esta terra foi fisiograficamente um território de transição, esquecida quase, entre o *Pampa húmido* argentino e as planícies onduladas de ilhas do nosso *Rio Grande*. A ocupação européia tardia era devida à hostilidade dos indígenas Charruas, escassa população de atuação histórica temporária (1603). Mas a pouca procura das terras uruguaias, de tanto valor econômico, é explicada pela grande distância que separava os colonizadores portugueses, mais empenhados no plano paulista, e pelos interesses maiores que tinham os colonizadores espanhóis, ocupantes da margem direita do Rio da Prata, em manter ligação terrestre com a exploração e o comércio das minas de Potosí no *Vice-reinado do Peru*. Demoraram cerca de dois séculos e mais de dois séculos, respectivamente, os peninsulares em fundar a *Colônia do Sacramento* (1680) e a cidade de *Montevideu* (1726). Só no século XVIII entrou a Banda Oriental na vida internacional.

Deste relativo isolamento resultaram, em primeiro lugar, uma economia agropecuária de *expansão argentina*, com analogias fisiográficas e recursos da mesma natureza, embora sejam diferentes os tipos de pastagens; em segundo lugar, uma *tradição histórica de autonomia*, caracterizadamente *gaúcha*, avessa a interferências estrangeiras, que aliás foram várias; em terceiro lugar, um *nacionalismo* decorrente da inicial rivalidade hispanolusa que os interesses britânicos amparavam pa-

ra não cair tão preciosa colônia econômica nem sob o domínio do Império nem sob o das Províncias-Unidas.

No povoamento do Uruguai foi a influência imigratória a mais decisiva na formação etno-demográfica. Em 1889, cerca de metade da população de Montevideu era estrangeira e a capital já representava um terço da população do país. A *imigração* lá foi menor do que na Argentina, mas as províncias eram as mesmas, sendo porém os latinos imigrados no Uruguai principalmente *italianos* e não *espanhóis*, como na Argentina. Deram-se igualmente as *migrações golondrinas*, ou migrações temporárias anuais para as colheitas. Étnicamente predomina o elemento branco (90%); o *mestiço* representa 8% da população e o *negro* 2 por cento.

Coube talvez a Hernando Arias, que os Charruas tinham desanimado, abandonar uma centena de *bovinos* e *outros herbívoros* que se foram multiplicando nos campos do Uruguai. Antes de ser colonizado pelos peninsulares, o interior foi invadido pelo gado. Décadas mais tarde, os ocupantes das orlas platinas passaram a arrebanhar animais, pois além de sua carne aproveitavam seu *couro*, suas *peles*, seu *sebo*, seus *chifres* e outros produtos. Daí a importância econômica que tomou *Montevideu* no comércio ibérico. Cita-se o caso, de março de 1781, dos vinte e cinco navios carregados de 432 mil peles de bois com destino à Espanha. Por sua vez, o *contrabando luso* vendia em Lisboa as peles e os couros da Banda Oriental mais barata do que nos mercados do Rio da Prata. Estes precedentes históricos indicam as diretrizes que seguiram os destinos econômicos do Uruguai independente. A época de 1700 a 1800 dá o historiador Alberto Zum Felde o nome de *Idade do Couro*, no Uruguai. Até casas de couro predominavam em Montevideu; portas, telhados, cofres, odres para líquido, sem contar todo o aparelhamento para montaria e para vestuário, tudo era de couro. Era a *matéria-prima da indústria nacional*, e o mais pobre gaúcho precisava apenas do *cuchilho* para "carnear, comer e pelear". Com a diminuição do gado, o aumento da população, a divisão da propriedade e a introdução da comercialização, foi se restringindo o uso do couro e se elevando o seu preço à normalidade dos outros países. (A. Zum F.).

2 — Economia Pastoral

A mediação diplomática da *Grã-Bretanha*, em 1828, foi uma clara antevisão de sua ulterior ação econômica na nova república do Uruguai. Aos

capitais britânicos, de fato, coube auxiliar o rápido desenvolvimento econômico do país, por meio da valorização do *potencial comercial* representado pelas *campinas* uruguaias

Ao se tornar independente o Uruguai já possuía alguns poucos milhões de cabeças de gado bovino, ovino e suíno, dos quais extraía, em saladeros, a carne, a pele, o couro e a lã. Cedo, porém, julgaram os ingleses necessário melhorar a pecuária e introduziram, em 1840, o reprodutor *Merino* que determinou rápido progresso na produção de lã. A época da Guerra Grande e do sítio de Montevideu foi muito prejudicial à indústria pecuária. Uma segunda ajuda britânica foi dada em 1864 pela abertura, em *Fray Bentos*, no rio Uruguai, da companhia londrina *Liebig Meat Extract* que facilitou aos rancheiros a venda das suas carnes e iniciou a preparação de conservas. Em 1874 uma estatística revela a existência, no país, de sete milhões e 200 mil *bovinos*, vinte milhões de *carneiros* e mais de um milhão de *caballos*. Até então, só o Brasil e Cuba haviam comprado a *carne seca* dos saladeros uruguaios. Para acelerar o desenvolvimento, os ingleses começaram a ligar Montevideu, em 1868, aos centros do interior por meio de *estradas de ferro*. Outra inovação britânica foi o cercamento das estâncias com *arame farpado*, o que muito contribuiu para a economia de trabalho e a vigilância, na mesma época foram usados os *navios refrigerados* para a exportação de carnes congeladas (1870); por fim, foram introduzidas as raças inglesas de *Hereford* e de *Shorthorn*, substituindo definitivamente as raças crioulas. Em 1904 instalaram-se em *Paysandu*, em *Salto* e em *Mercedes*, os *frigoríficos* americanos *Swift* e *Armour*, além do *Anglo-Frigorífico*. Mas os uruguaios também estabeleceram o seu *Frigorífico Nacional*, especialmente dedicado ao consumo interno, visto que os outros trabalham principalmente para a exportação.

“Cerca de 83% do território nacional, diz Preston James, é utilizado em pastagens com alto grau de produção, pois é de um acre (40,5 ares) por unidade animal. Somente 2% do território nacional pode ser classificado como inculto. As melhores pastagens para engorda de gado são localizadas ao Sul do Rio Negro; a parte norte se presta mais para carneiros”

3 — Agricultura e Comércio

Foi mais tardio o desenvolvimento da *agricultura* no Uruguai, e o seu progresso ainda é lento. Se 90% das terras são utilizadas pela pecuária e

apenas 10% consagradas à lavoura é em parte devido aos produtos da criação representarem mais de 70% das exportações do país. A agricultura uruguia sofreu da falta de mão-de-obra, principalmente durante as fases de agitação política do século passado, em que a campanha mais foi castigada pelos caudilhos. As cidades também constituíram centros de atração. Por isso cuidaram sempre os governos de Montevideu de promover imigração de trabalhadores rurais, evitando outras categorias de imigrantes. A *mecanização* em maior escala e o investimento de *maiores capitais*, no *Plano de desenvolvimento Agrícola* (1961), figuram nos programas oficiais.

A *cultura do trigo*, que cobre anualmente mais de meio milhão de hectares, produz o necessário para o consumo nacional e, por vezes, permite a exportação. O *milho* e outros cereais (cevada, aveia, centeio) são cultivados, assim como a *videira* que promove uma indústria vinícola; o *arroz*, plantado no norte principalmente, e o *linho*, objeto de importante exportação.

O *comércio*, cuja balança é frequentemente desfavorável ao Uruguai, é mantido especialmente com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, o Brasil, a República Argentina, os Países-Baixos e a Alemanha.

Para a sua *indústria fabril* em desenvolvimento (tecidos de lã, de linho e de algodão) a energia elétrica é, desde 1945, fornecida pela grande represa do *Lago ou Embalse do Rio Negro*, dispensando assim o *carvão* importado para as usinas térmicas. O aproveitamento de *Salto Grande*, no rio Uruguai, será partilhado com a Argentina. O *petróleo* e o álcool são de importação (Venezuela — Koweit)

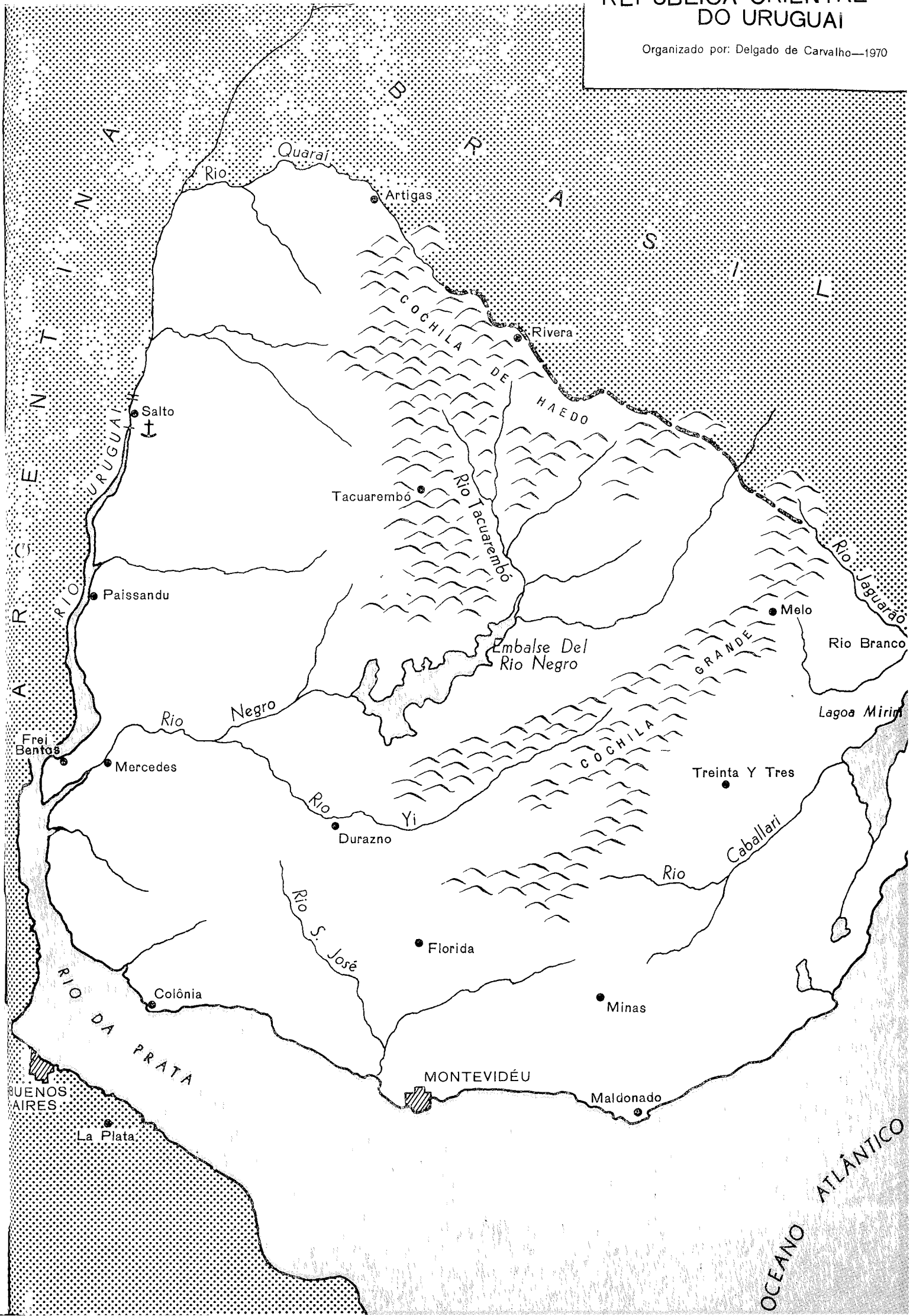
4 — Evolução Social

Até o fim do século passado, a história social do Uruguai parece ter tido como *leit-motiv* uma constante oposição entre o elemento urbano e o elemento rural. Com o desaparecimento do caudilhismo, a cidade e a campanha revelaram as suas tendências e os seus interesses em conflito, pois rompia-se o vínculo que representava a personalidade dominante do caudilho. A cidade tornava-se europeia, estrangeira, e a campanha se afirmava gaúcha e rude; mas, aos poucos, foi degenerando; passa o tempo das boleadeiras e principia a criação como indústria técnica, muda a indumentária, diminuem os latifúndios, o estancieiro vive na cidade, deixando na campanha o seu administrador.

Esta evolução se deu durante a segunda parte do século XIX, e foi mar-

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Organizado por: Delgado de Carvalho—1970



cada pela luta entre *blancos* e *colorados* principalmente, entre Oribe, sustentado pelo ditador Rosas de Buenos Aires, e o seu rival, na presidência do Uruguai, Frutuoso Rivera (1836). Mas o distintivo branco só foi escolhido por Oribe em 1856, ao ser fundado por êle o partido dos "*Defensores da Lei*"; em oposição, os *riveristas* se denominaram colorados. O caráter personalista predominava nestes partidos, muito mais sociais do que políticos e relativamente pouco em contradição um com o outro. O branco era um tanto aristocrático, tradicionalista, conservador, e disciplinado, representava e representa ainda as *fôrças retentoras*. O colorado foi liberal, democrático e progressista, mais popular na campanha do que na cidade, representa hoje ainda as *fôrças impulsoras*, as reformas. Por isto mesmo, o primeiro é mais estável e não muda; o segundo, ao contrário, se transforma com o tempo; do feudalismo caudilhesco passa ao despotismo militar, com os seus ditadores como *Latorre*, *Santos* e *Tajes* e, finalmente, para o presidencialismo civil com *Herrera y Obes*. A maior parte dos governantes dêste período de 1876 a 1903, ao lado de grandes melhoramentos realizados, cabem críticas pelo seu fraco conceito de liberdade e de igualdade democrática.

A evolução social que acompanha êstes regimes sucessivos é determinada pelos progressos econômicos, principalmente pela *penetração das vias férreas* cuja rede, em forma de leque, une a capital aos departamentos do interior e aos portos do rio Uruguai. Motivos de avanço também são a *imigração estrangeira*, a *difusão da educação e das técnicas*. Diz o jurisperito uruguaio Antônio Miguel Grompone "A estrutura social do Uruguai se caracteriza pelo predomínio das classes médias: em número, em atividade econômica, mentalidade, problemas, e em idéias é um país de classe média" (*Las Clases Médias en el Uruquai* — Publicações da União Panamericana 1950). O mesmo autor lembra que na indústria, no comércio e nas finanças nunca existiram no Uruguai classes dominantes, mas *empresas de potencialidade econômica e financeira* de capitais estrangeiros, de influência pessoal, enquanto que os administradores que os apoiam e com êles colaboram, realmente ou por dependência, são tipicamente das *classes médias* "Em tales casos, conclui êle, falta el índice de la existência de una classe social dominante e dirigente"

Ê, pois, essencialmente no coloradismo que se efetuam as transformações sociais, em grande parte provocadas pela *imigração italiana* que nêle

se integra, enquanto a *imigração espanhola* se incorpora de preferência aos blancos. Por isso, diziam os nacionalistas tradicionalistas: "el coloradismo es el partido de los imigrantes". (Zum Felde).

5 — Evolução Política

Blancos e *Colorados* dão a ilusão de dois partidos políticos; em realidade, cada um dêstes dois grupos comporta tantas divergências em política que, por vêzes, um executivo tem de governar com um legislativo contrário. Foi, aliás, o que aconteceu no princípio do século XX, quando a república do Uruguai iniciava uma vida política democrática, ordeira, pacífica que mereceu admiração da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Um grupo dissidente de blancos determinou a vitória de um chefe colorado, *Batlle y Ordoñez*, nas eleições de 1903. Ainda no primeiro ano de seu govêrno, a derrota blanca foi seguida de um surto revolucionário, chefiado por *Aparício Saraiwa*, num último estertor partidário contra os colorados.

Filho de um antigo Presidente da República, *José Batlle y Ordoñez* era um homem de ação, jornalista, positivista, advoado de idéias avançadas; tendo reorganizado o coloradismo deulhe, no govêrno, o seu programa de ação política. Foram duas as suas presidências. A primeira de 1903 a 1907; a segunda de 1911 a 1915. Mas a sua influência manteve, entre os partidários de todos os grupos, o espírito de suas reformas.

Recusando a sua reeleição depois do primeiro mandato, preferiu viajar, e foi, entre 1907 a 1911, estudar na Suíça o regime político da Confederação helvética, porque julgou nela poder amoldar a *Constituição* uruguaia de 1830, que necessitava de fundamental revisão. Foi a esta obra que consagrou Batlle a sua segunda presidência: a *Constituição de 1918* substituiu o executivo unipessoal por uma *Junta de nove membros*, a fim de reduzir os abusos de um executivo forte; era o *Regime Colegiado*, inspirado pela Suíça. O *Conclave Nacional de Administração* foi abolido em 1934, e restabelecido o executivo presidencial pelo presidente *Gabriel Terra*. Foi depois tentada a supressão da própria presidência; em 1952 voltou a solução batllista, de executivo colegiado.

Mas a obra principal de Batlle y Ordoñez constituiu nas *reformas sociais* mais adaptadas à rápida ascensão das classes médias. Diz Zum Felde que os govêrnos liberais concedem re-

formas à medida que as circunstâncias as impõem; mas Batlle procurou ir ao seu encontro, evitar conflitos e crises, implantando reformas por lei, antes que fôsem reivindicadas. Passaram assim, no Uruguai, as *leis trabalhistas* em tôdas as suas modalidades e formas: horas de trabalho, salários-mínimos, férias, trabalho das mulheres e dos menores, saúde e educação, etc. Leis batllistas instituíram o *divórcio*, a *separação da Igreja e do Estado*, a *estatização* de indústrias diversas e de serviços públicos, monopólios governamentais. A produção de cimento, de petróleo, álcool, bebidas, combustíveis e outros produtos estão sob o contrôlo do Estado.

Embora desse a República do Uruguai um notável exemplo de *regime democrático de real estabilidade*, não lhe foram poupadas, depois de 1950, as dificuldades econômicas, *financei-*

ras, principalmente, que influíram na política. Os blancos, apesar de divididos em grupos *moderados* e grupos *conservadores-extremistas*, conseguiram vencer nas eleições de 1958, em parte devido às divergências surgidas entre filhos e sobrinhos do grande chefe colorado, desaparecido em 1929. Economicamente, a dependência em que se acha a nação de suas *exportações*, *insuficientes* para equilibrar os seus orçamentos, levou à forte *inflação* e à certa *estagnação*, complicada a situação por períodos de sêca que privaram as cidades de fôrça elétrica e causaram desemprego e greve. A partir de 1965 cuidou-se, por isto, de *reformas agrárias* e de investimentos mais consideráveis na cultura, fato êste que, aliás, já estabilizou a inflação. O executivo plural foi tido como causador da fraqueza relativa da liderança política.

O Estado do Vaticano

THEREZINHA DE CASTRO

Geógrafa do IBG

1 — O Núcleo Geohistórico da Igreja e sua Expansão

O território localizado entre o monte Mário e o Janículo denominava-se, na antigüidade, *Ager Vaticanus*, lembrando uma vila etrusca — *Vaticum*, que aí existira. Nesta planície, próxima do rio *Tibre*, desprezada por muito tempo e que por isto estava fora dos limites da cidade de Roma, Calígula mandou construir um circo, decorando-o com um obelisco egípcio

Chegando ao poder, Nero, o último dos Césares, mandou, em sua perseguição aos cristãos (65), supliciar até a morte numerosos adeptos da nova doutrina. Nesta região do Vaticano, consagrada pelo grande martírio, seria edificada a Igreja de S. Pedro pelo Imperador Constantino, que assinando o *Édito de Milão* (313), concederia liberdade de culto aos cristãos.

O chamado *quarteirão do Vaticano* começou a fazer parte de Roma no tempo de Honório, já governando somente a parte ocidental do Império Romano, dividido por seu pai Teodósio, que tornara o *cristianismo a religião oficial do país*. A partir daí os cristãos começam a se organizar e se fortalecer no quarteirão do Vaticano, *núcleo geohistórico da Igreja*, sob a chefia de um líder — o Papa, considerado legítimo sucessor de S. Pedro.

Mas já o Império Romano do Ocidente encontrava-se em plena decadência, graças às invasões bárbaras. Abandonada Roma pelo último imperador, Rômulo Augusto, deposto pelo federado Odoacro, os Papas passaram a ocupar posição privilegiada nesta cidade

Obtendo o apoio de diversos grupos bárbaros, a *propagação do cristianismo* foi rápida e ativa, já que os Papas enviavam às diferentes partes do mundo daquela época, missionários para difundirem a nova religião entre os pagãos. A Igreja iniciou sua atividade missionária entre os francos que,

com a conversão de Clóvis, seu chefe, tornaram-se cristãos. Contando com o apoio da Igreja, puderam os francos expandir seus domínios e Pepino o Breve obteve o título de rei, concedido pelo Papa Zacarias. Deixava, Pepino, terreno para a implantação do Império Carolíngio por Carlos Magno que, apoderando-se de todo o Reino Franco passava a governá-lo.

Com as doações de Pepino, acrescidas das reivindicações do Papa Paulo I, os domínios da Igreja excederam em muito os limites acanhados do primitivo núcleo geohistórico, formado pelo quarteirão do Vaticano.

Em 800, o Império de Carlos Magno atingia o máximo de sua expansão, circundando as terras da Igreja, denominadas *Patrimônio de S. Pedro*. Procurando apoio desse chefe dos francos, o Papa Leão III, em cerimônia realizada na Basílica de S. Pedro, na noite do Natal, coloca o diadema imperial na cabeça de Carlos Magno, confirmando a restauração temporária do Império Romano do Ocidente. Agradecido, Carlos Magno doa novos territórios à Igreja que se valendo de concílios, excomunhão, inquisição e até expedições militares (Cruzadas) fortaleceu-se e organizou-se de tal modo que passou a dominar a Europa durante a Idade Média

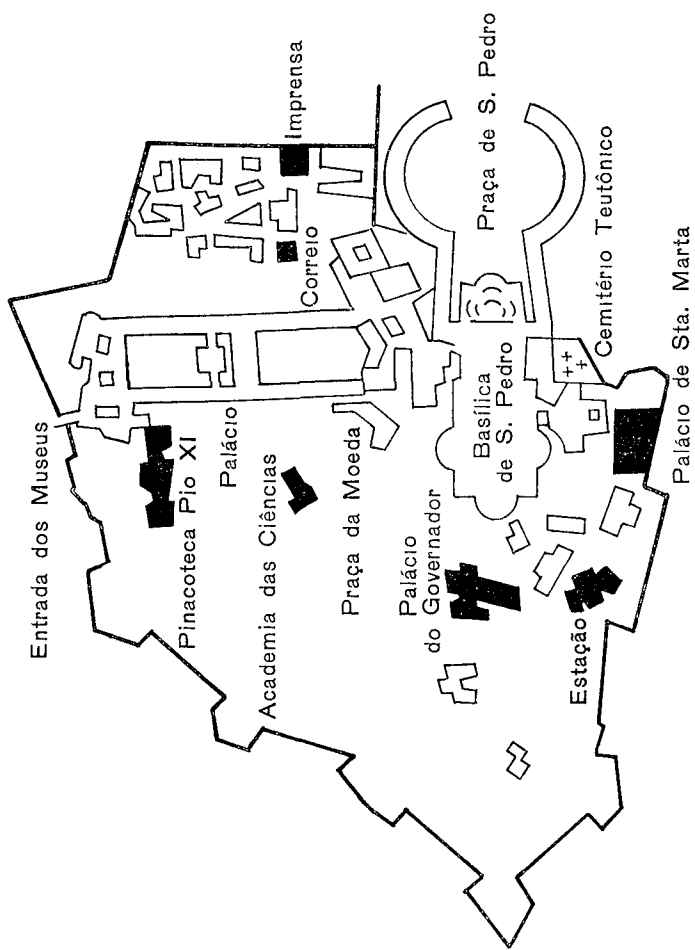
2 — A Supremacia da Igreja na Idade Média

Após a divisão do Império de Carlos Magno (Tratado de Verdum — 843), a Europa tornou-se palco de novas invasões. Para proteger o Vaticano contra as incursões dos sarracenos, o Papa Leão IV mandou cercar o quarteirão (848-852) com um muro de 40 pés de altura, guarnecido por torres circulares, tornando-se assim o verdadeiro fundador do que se chamou de a "*Cidade Leonina*". Esta muralha foi destruída várias vezes durante as lutas medievais.

Essas novas invasões, que encontraram na Europa o poder real decadente, favoreceriam o estabelecimento do poder feudal. Esfacelavam-se os Estados Bárbaros estabelecidos quando das primeiras invasões nas ruínas do Império Romano. Os reis, não podendo defender seus súditos, viam-se na obrigação de apoiar a nova classe dos vassallos, homens tão poderosos e, às vezes, bem mais fortes que o próprio monarca, que defendiam e governavam territórios, onde construía seus castelos feudais.

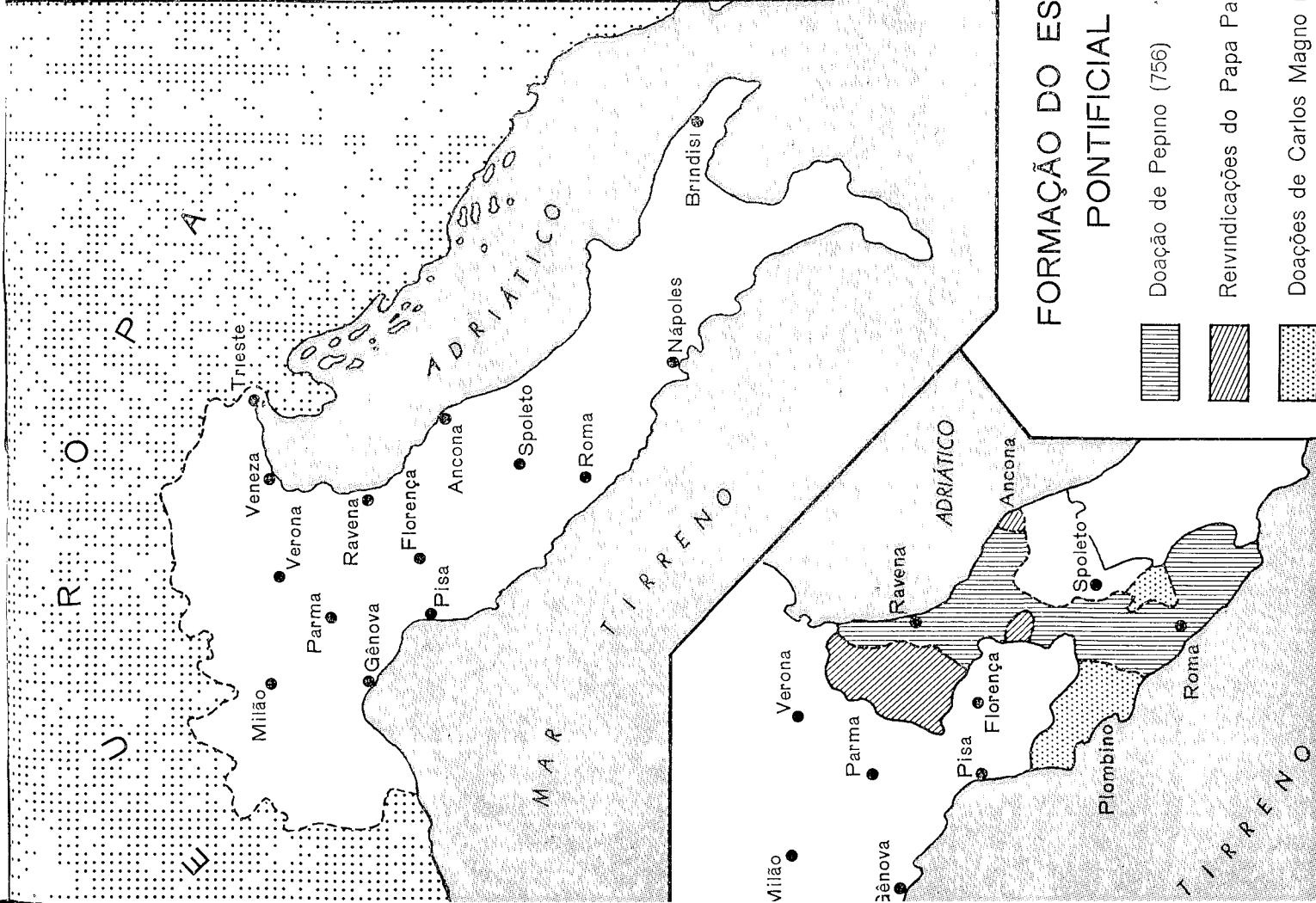
A Igreja, dominando vasto território na parte central da península Itálica, muito teria que lutar então para manter a sua integridade e escapar

VATICANO






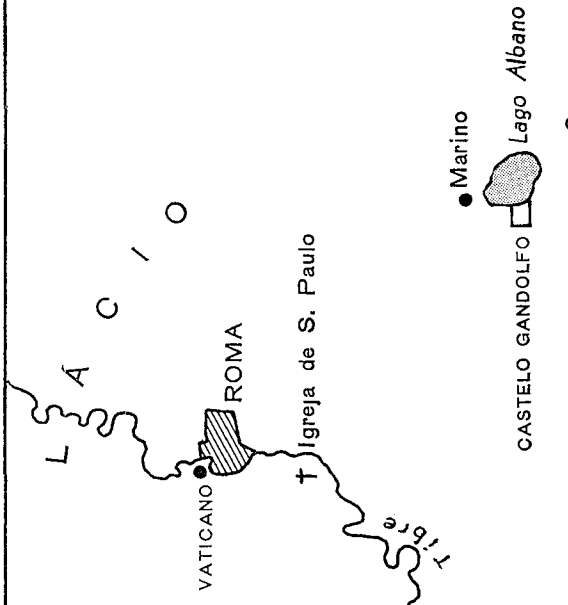
0 200 m

Organizado por: Therezinha de Castro—1970



FORMAÇÃO DO ESTADO PONTIFICAL

-  Doação de Pepino (756)
-  Reivindicações do Papa Paulo I (757)
-  Doações de Carlos Magno (781-789)



ao esfacelamento feudal. Segundo a tradição, o Papa vinha sendo eleito pelo povo e clero de Roma. Mas, no século X ficara neste setor, na dependência dos príncipes leigos, imperadores e senhores feudais italianos. Por esta razão foram nomeados, depostos e mesmo assassinados vários Papas; de certa feita chegou a ser eleito Papa um menino de 12 anos (Benedito IX). O decreto do ano 1059, promulgado pelo Papa Nicolau II, *livraria a Igreja da desagregação*; a nomeação do Pontífice passava a ser da competência única dos Cardeais que poderiam escolher para a chefia da Igreja, não somente membros do clero romano, mas ir buscá-lo também entre os da Europa Cristã. A Igreja procurava assim *universalizar-se*. Independente o Papado, tratou o Papa Gregório VII (1075), através do Decreto das Investiduras, *submeter ao seu govêrno o clero de todos os países da época*; proibiu assim aos leigos de nomearem bispos que passariam, a partir daí, para a competência exclusiva dos Papas. Enviando *Legados Pontificiais*, munidos de plenos poderes para inspecionar o clero dos diferentes países, fortificou Gregório VII a autoridade de Roma, *impedindo a formação de igrejas feudais ou mesmo nacionais*.

3 — A Decadência do Poder Papal e a Divisão da Cristandade

Mantendo-se *una em meio ao feudalismo*, conseguiu a Igreja dominar o cenário espiritual e, sobretudo, político, durante o período medieval. Após vencer a resistência de vários governantes, a Igreja veria decair seu prestígio, no *conflito de ordem econômica* surgido entre o Papa Bonifácio VIII e Felipe, o Belo, da França. Precisando de dinheiro, o rei francês resolveu taxar as propriedades eclesiásticas até então livres de impostos dentro de seu território e impedir o pagamento do dízimo ao Papa. Defendido pelos legisladores franceses e, apoiado pela nobreza, Felipe, o Belo, sabendo que o Papa encontrava-se em Agnani, atacou-o, obrigando-o a retirar-se para Roma.

Após a morte de Bonifácio VIII, a França conseguia *subtrair o poder de Roma*, elegendo um Papa francês Clemente V, amigo de Felipe, o Belo, e *transferindo ainda a capital da cristandade para Avinhão*. Essa transferência, ocasionaria aos poucos a decadência do poder Papal. Chegaram mesmo a ser eleitos três Papas ao mesmo tempo em Roma, Pisa e Avinhão, ocasionando o *Cisma do Ocidente*, resolvido com a eleição de Martinho V (1414). No entanto, estava abalado o poder espiritual da Igreja; começavam

a aparecer os *precursores da Reforma*, movimento anticatólico que iria *dividir o mundo cristão na Idade Moderna*.

Ao se iniciar a Idade Moderna, o Papa era ainda reconhecido, de um modo geral, como autoridade suprema. Seu poder era ainda grande como legislador em matéria eclesiástica, como árbitro entre nações, como soberano temporal, pois lhe cabia conferir a Coroa Imperial e sobretudo como força financeira. Além do Patrimônio de São Pedro, conseguira, graças ao feudalismo, territórios por doação de reis, nobres e fiéis; no século XVI possuía 1/3 do território alemão e 1/5 do francês.

A unificação progressiva das propriedades feudais nas mãos da realeza, favorecendo o *aparecimento do Estado Moderno*, contribuiria como *fator político-econômico* para o movimento reformista. Procurando centralizar e unificar seus territórios nos moldes do absolutismo, os reis necessitavam de rendas para a manutenção de seus exércitos permanentes. *A Igreja era a organização mais visada*, pois como potência financeira mantinha-se através de grandes somas arrecadadas na Europa: o dinário de S. Pedro, imposto anual pago por todos os lares cristãos; o dízimo, correspondente a 1/10 da renda de cada cristão para sustento da Paróquia; além das taxas pelas indulgências, dispensas, apelos de decisões judiciais, etc. O *aparecimento do Capitalismo* provocado pelo alargamento do comércio, conseqüência das grandes navegações, passou a se opor a essa fuga do dinheiro para Roma. O *nacionalismo* e espírito de independência que se apossou dos Estados Modernos, passava a mostrar ao povo o *Papa como elemento estrangeiro*. A Revolução Protestante, que dividiria ainda mais a cristandade já separada em católicos romanos e ortodoxos, foi assim um movimento que vinha sendo preparado através dos séculos, recebendo poderoso impulso no renascimento moderno.

4 — O Núcleo Geohistórico do Piemonte e o Recuo Territorial da Igreja

A península Itálica vira transcorrer toda a era moderna sem poder transformar-se num Estado Centralizado. Na segunda metade do século XIX ainda se mantinha tal qual o Congresso de Viena a definira: — *“simples expressão geográfica”*. Dividida em reinos e ducados, entre eles, os *Estados da Igreja* estendiam-se na parte central da península desde o Adriático até o Tirreno. Mantinha-se ainda o Papa em Roma, núcleo geohistórico de onde partira o ímpeto criador e expansionis-

ta do Império Romano e, posteriormente, dos domínios católicos.

A burguesia do norte da Itália que havia prosperado com o comércio mediterrâneo, monopolizado por Gênova e Veneza, transformara a região num dos centros industriais mais ativos da península. Nesta região formar-se-ia um núcleo geohistórico moderno — o Piemonte, responsável pela unificação da Itália.

Camilo Benso Cavour fizera prosperar o Piemonte, cobrindo-o de estradas de ferro, suprimindo corporações religiosas em proveito do Tesouro; tornou-se por fim o homem-chave do movimento na Itália liberal, fazendo do Piemonte o centro onde vinham exilar-se descontentes de toda a península. O princípio liberal geraria, assim, na época contemporânea, a idéia da unidade italiana.

Já o Abade Gioberti havia lançado em 1833 as bases do seu neo-guelfismo ou seja de uma confederação pacífica e perpétua de príncipes italianos dirigida e protegida pelo Papa. Por sua vez Mazzini defendia a unificação sob a forma de república, enquanto Cesar Balbo pregava a monarquia em torno do Piemonte. Para se por em vigor tal unidade, quer sob o ponto de vista monárquico ou republicano, estaria em perigo a sobrevivência dos Estados Pontifícios, graças a sua posição geográfica central na península Itálica. Assim sendo, era aventada por Durando uma quarta tese; sua idéia era a da formação de dois grandes Estados amigos e confederados — um ao norte e outro ao sul e, entre eles, fortemente reduzido, um Estado da Igreja.

Venceria a idéia monárquica e o Piemonte, por conquistas e anexações, conseguiu unificar a Itália (1859-1870). Em fins do século XIX, com a Itália quase unificada, os domínios do Papa estavam reduzidos. A 20 de setembro de 1870, o General Cadorna, invadindo Roma pela Porta Pia, dava o golpe final no que restava dos Estados Pontifícios. Roma tornava-se a capital da Itália unificada, enquanto um plebiscito posterior consagrava a anexação por 130 000 votos contra apenas 1.500.

Incorporados os Estados Pontifícios que possuíam a superfície de 41 500 km² (área mais ou menos equivalente a do Estado do Rio de Janeiro — 42 912 km²), e perdida Roma, o Papa retirava-se para o Palácio do Vaticano.

Enquanto Pio IX considerava-se prisioneiro, o rei Vitor Emanuel II aboliu o poder temporal dos Papas. Em seguida, fez votar a Lei das Garantias, proclamando santa e inviolável a pessoa do Papa, mas reconhecendo-lhe apenas as prerrogativas de soberano do Vaticano. Atribuiu a Igreja um dote

anual de 3.225.000 liras, garantindo-lhe a liberdade dos conclaves e concílios, bem como a autoridade sobre o clero italiano. A Lei das Garantias não foi reconhecida por Pio IX nem por seus sucessores, durante sessenta anos (1870-1929).

5 — A Igreja no Século XX: Vaticano

A 11 de fevereiro de 1929, o governo italiano, representado por Benito Mussolini, firmava com a Santa Sé o Tratado de Latrão, resolvendo o problema do poder temporal do Papa. Renunciava o governo italiano sua soberania sobre o *quarteirão do Vaticano* que passava da condição de distrito de Roma para a categoria de unidade política independente, com serviços postais próprios e direito de cunhar moedas.

Os Estados Pontifícios passavam a ter uma superfície de 45 hectares ou seja de 440 000 m², com limites definidos pela muralha construída na Idade Média e reforçada no período renascentista, tais muralhas desaparecem apenas na praça de S Pedro, vasto espaço oval que precede à Basílica.

Pelo Tratado de Latrão, passavam também a pertencer ao Estado do Vaticano a Igreja de S Paulo e suas dependências situadas a 5 km de Roma, bem como o Castelo Gandolfo à margem do lago Albano, a 35 km da capital italiana. Vasta construção a 133 metros sobre as águas do lago, o Castelo Gandolfo foi edificado por Carlos Maderna para residência de veraneio do Papa, no tempo do Pontificado de Urbano VIII.

Estipulou também o referido tratado, que o Vaticano exerceria direitos de extraterritorialidade em vários edifícios dentro da cidade de Roma. Entre eles: a Basílica de Santa Maria Maior com edifícios anexos, Basílica de Santa Maria e Palácio de S Calisto em Trastéveri, Palácio Della Dataria, Palácio dei Convertendi, Palácio do Vicariato, Palácio da Propaganda Fide, Palácio da Chancelaria, Basílica de S João de Latrão e Escadaria Santa, Vila Gabrieli e o Cemitério dei Tedeschi, o mais antigo campo santo dos cristãos fundado no tempo de Constantino. Incluem-se ainda na categoria: o Palácio do Santo Ofício, cedido por Pio V à Congregação da Inquisição fundada por Paulo III em 1542, e o Palácio de Latrão, local da assinatura do tratado, atualmente transformado em museu, e que foi residência dos Papas desde o tempo de Constantino até a transferência dos pontífices para Avinhão.

Por ocasião da assinatura do Tratado de Latrão, marcando o início da vida do Vaticano como Estado Inde-

pendente, a população local era de apenas 532 habitantes; hoje ultrapassa pouco mais de mil pessoas, vivendo neste minúsculo território considerado neutro e inviolável. Estão *sujeitas à soberania do Vaticano* as pessoas residentes no Estado, as que fazem parte da Côrte Pontificia e demais funcionários. Os nascidos no Vaticano não adquirem a cidadania, a não ser que entrem posteriormente para os serviços da Santa Sé; se forem italianos não perdem sua nacionalidade. No exterior o Estado é representado por Cardeais-Secretários.

O Papa exerce no Estado os três poderes — executivo, legislativo e judiciário. Entre os Órgãos que o auxiliam nos *assuntos internos*, conta com um Governador e coadjutores do *Sacro Colégio dos Cardeais* a quem cabe a eleição secreta, que indica o Papa, quando vago o cargo. O Colégio dos Cardeais é formado por maioria italiana (41 membros), seguido por 11 franceses e 10 estadunidenses; o Brasil é representado nesse conjunto de 134 membros por apenas 5 Cardeais. Desde a ascensão de Clemente VII em 1523, todos os Papas eleitos até 1963 (Paulo VI) têm sido italianos.

O Estado do Vaticano tem à lira italiana como moeda corrente mantendo porém serviços postais, telegráficos, telefônicos e radiotelegráficos próprios. O latim e italiano são linguas oficiais do Estado

Possui o Vaticano verdadeiras obras de arte. Seu principal edificio é o da *Basilica de S. Pedro*, a maior do mundo, abrangendo 15.160 m²; no conjunto com o Palácio Apostólico, a área correspondente é de 55 000 m². A primitiva igreja, construída segundo a tradição sôbre o túmulo de S. Pedro, e nas cercanias do circo romano, data de 367. No século XV, o Papa Nicolau V resolveu reconstruí-la e, assim, Vários arquitetos intervieram na monumental obra: entre eles Miguel Ângelo e Bernini. Foi finalmente consagrada a 18 de novembro de 1626 pelo Papa Urbano VIII.

Diante da Basilica, a praça S. Pedro, circundada por pórticos desenvolvidos em arco, formando galerias cobertas; foram construídas por Bernini entre os anos de 1655-67. O obelisco central, com 25 metros de altura, foi trazido de Heliópolis (Egito) por Calígula, para adornar o antigo circo do Vaticano

Ligado à Basilica, estendendo-se para o norte, está o *Palácio do Vaticano*, seguido de museus, capelas, bi-

blioteca e pinacoteca. Na área construída incluem-se 20 pátios, onde estão dispostos os salões, capelas e aposentos particulares; seus extensos jardins obedecem ao estilo que imperava no século XVI. A construção primitiva data do tempo de Nicolau III (1277-1280), mas deve-se ao arquiteto Bramante a sua estrutura atual. As galerias do segundo andar, bem como a câmara, foram decoradas pelo pintor renascentista Rafael. A *Capela Sixtina*, iniciada por Sixto V com o concurso do arquiteto Giovanni Dolci (1473), conta com preciosos afrescos de Miguel Ângelo, entre os quais o famoso "Juízo Final". Nos aposentos dos Bórgias, os afrescos de Pinturicchio, e na *Galeria Geográfica* mapas, hoje históricos, pois foram executados durante o Pontificado de Gregório XIII (século XVI). A Biblioteca possui catalogados mais de 300 000 volumes e 32.000 manuscritos e data de 1450. Além da Pinacoteca, com pinturas de tôdas as Escolas, iniciada no tempo de Pio VIII, *vários museus* integram o conjunto; entre eles o de Pio Clementino, com coleções arqueológicas, o de Chiaramonte, com esculturas e baixos-relêvos, a Galeria Lapidária, com mais de 5 000 inscrições pagãs e cristãs, bem como os museus Egípcio e Etrusco.

No chamado *Portão de Bronze*, entrada principal do Palácio, está instalada a *Guarda Suíça* criada em 1505 pelo Papa Júlio II, integrada por 100 suícos comandados por um coronel. O uniforme dessa tropa, com aspecto multicolorido foi, segundo a tradição, idealizado por Miguel Ângelo. Compunham ainda as forças de defesa simbólica do Vaticano: a *Guarda Nobre* (20 homens), fundada em 1801 e recrutada na aristocracia romana; e a *Guarda Palatina* (50 homens), espécie de milícia burguesa formada por elementos da classe média; dissolvidas em setembro de 1970 pelo Papa Paulo VI

Hoje, o Estado do Vaticano, embora independente, pouco excede à área do seu núcleo geohistórico inicial. Na realidade, o Estado do Vaticano não passa de *uma cidade dentro de outra cidade, que é Roma; de um Estado dentro de outro Estado Político, que é a Itália*. Cidade religiosa, como Meca, na Arábia, centro do islamismo, como Lassa, no Tibet, centro do budismo, o Vaticano dessas duas se distingue por se constituir num Estado Independente. É, no entanto, *cidade religiosa*, pois sua vida gira em tórno de uma religião, e é aí que reside o Papa, líder espiritual dos católicos romanos.